

Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil – quatro anos: balanços e perspectivas¹

José Castilho Marques Neto²

[...] o que importa não é que os alvos ideais sejam ou não atingíveis concretamente na sua sonhada integridade. O essencial é que nos disponhamos a agir como se pudéssemos alcançá-los, porque isso pode impedir ou ao menos atenuar o afloramento do que há de pior em nós e em nossa sociedade.

Antonio Candido de Mello e Souza³

Implantar um projeto público de livro e leitura para um país é sempre, e acima de tudo, um exercício essencialmente político. Ou seja, a ação política e seus atores estão presentes desde sua concepção até os seus desdobramentos mais longínquos. Portanto, tomar iniciativas de políticas públicas para a leitura, concebê-las de acordo com determinados conceitos, organizá-las democrática ou autoritariamente e aplicá-las de determinada forma são decisões cuja origem e permanência são políticas. Como já tive oportunidade de afirmar em outros fóruns, essa questão, aparentemente óbvia, muitas vezes é ocultada, dissimulada, negada, como se o ato de promoção da cultura letrada em escala social, que atenda as necessidades de um país ou região, pudesse escapar dessa conjunção ordenada pelo poder e pelos recursos aplicados pelos governos.

O governo brasileiro retomou a luta pelo livro, pela leitura e pela literatura com a perspectiva e a escala de política pública que se pretende estabelecer como política de Estado. Política duradoura e permanente, que se deseja cada vez mais abrangente e amplificadora, alcançando comunidades excluídas desse ato fundamental para a convivência entre os homens, que é a leitura. Espera-se que esse novo patamar buscado se torne permanente, decisão política peregrina de superação de um dos últimos redutos reservados às elites e às oligarquias: a fruição dos livros, do prazer da literatura e do acesso à leitura. Ou seja, vivemos hoje um movimento que encontra, nas políticas públicas, apoio e parceria contra a reserva da informação, do conhecimento e da reflexão para poucos e a favor da luta pelo *direito à leitura para todos*. Entendo que essa é a principal motivação de todos aqueles que militam nas políticas públicas do setor.

Os últimos quatro anos foram palco de amplos esforços do governo e da sociedade para levar adiante a construção de uma política de Estado para o livro e a leitura no Brasil. Entre 2005 e 2006, foram realizadas mais de 150 reuniões públicas que sedimentaram as bases do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), lançado publicamente em dezembro de 2006. A partir daí, o debate nacional em torno do livro e da leitura só fez aumentar. E, embora o PNLL não tenha sido a única

1 Este texto foi apresentado na Pré-Conferência Nacional do Livro, Leitura e Literatura, em março de 2010.

2 Doutor em Filosofia pela USP. É professor na Unesp, *campus* de Araraquara, presidente da Fundação Editora da Unesp e secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), criado pelo Ministério da Cultura em conjunto com o Ministério da Educação. *E-mail*: castilho@editora.unesp.br

3 Ex-professor titular de Literatura Brasileira na USP e na Unesp, intelectual e escritor referencial no Brasil. Trecho do discurso de agradecimento ao receber o Troféu Juca Pato Intelectual do Ano de 2008, da União Brasileira de Escritores, em São Paulo, novembro de 2008.

causa da intensificação desse debate, não se pode negar que foi com o surgimento do Plano e seu constante desenvolvimento que o livro e a leitura ganharam densidade e dinâmica singular na nossa história cultural recente. O Plano contribuiu fortemente para fazer da leitura uma das principais políticas culturais do Ministério da Cultura (MinC), fato que se expressa no impressionante salto de investimentos na área do livro e da leitura – cerca de 6 milhões em 2003 para uma média total de aplicações, em 2008 e 2009, de cerca de 100 milhões. Entre as ações realizadas a partir desse aumento de recursos, estão aquelas vinculadas à estratégia de zerar o número de municípios sem bibliotecas e à criação de pontos de leitura, além de projetos de modernização dos equipamentos culturais em que o livro é o elemento central.

Um dos sinais da ampliação do espaço que o livro e a leitura ocupam, hoje, no conjunto das questões sociais, políticas e culturais, é a proliferação de eventos pelo País, inclusive fora dos eixos tradicionais. São centenas de feiras de livros, simpósios e jornadas literárias, festivais, encontros e congressos, que reúnem milhares de pessoas que demonstram interesse pelo livro, pela leitura e pela literatura. Ao lado desses eventos de difusão do livro, outras iniciativas, voltadas para a promoção da leitura no cotidiano das comunidades, também crescem a cada dia. Muitas dessas bibliotecas comunitárias, espaços de leitura itinerantes, projetos de leitura em locais os mais diversos, tais como hospitais, asilos, parques e até feiras livres, podem ser vistos no Mapa de Ações do PNLL, que reúne o conjunto de iniciativas em prol da leitura desenvolvidas por agentes diversos ao redor do País.

Outro marco importante na história recente de lutas pela leitura no Brasil foi a criação, em 2008, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Leitura, que faz a defesa das políticas de leitura no Congresso. Em 2010, a Frente espera contribuir para a consolidação de importantes ações, como a instituição do Fundo Setorial Pró-Leitura, além da criação do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura.

Várias iniciativas de reflexão, orientação e indução de políticas públicas foram realizadas em 2009 sob o eixo cultura-educação. Com o Fórum Nacional Mais Livro, Mais Leitura nos estados e nos municípios, e o projeto A Leitura e o Livro nos Planos Municipais e Estaduais (PMLL e PELL), houve grande avanço em um dos principais objetivos do PNLL: a criação de planos estaduais e municipais de livro e leitura.

O PNLL estabeleceu um prazo de três anos para que estados e municípios desenvolvam seus planos e subsidiará os gestores públicos por meio de informações, formação e assessoria técnica. Sabe-se que o Plano Nacional do Livro e Leitura somente ganhará ressonância e efetividade se estados e municípios abraçarem as mesmas preocupações, criando as condições para que a política do livro e da leitura se implemente efetivamente em âmbito nacional.

A articulação entre os Ministérios da Cultura e da Educação também se tem revelado produtiva em várias frentes de promoção de políticas públicas na área da leitura. Um acordo fechado entre o MEC e o MinC incluiu, entre as ações da Rede de Educação para a Diversidade, um curso de formação de mediadores de leitura. Um convênio foi firmado entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e oito universidades vinculadas ao sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para a realização de cursos de noventa horas para professores das redes públicas de educação básica de estados e municípios. Os cursos aprovados em 2009 estão em execução, e um novo edital foi aberto, com inscrições até 29 de março. Para o primeiro semestre deste ano, serão oferecidas mais 2.890 vagas em 59 polos. Os cursos acontecem nas formas presenciais e a distância, com apoio de materiais didáticos criados pelas universidades. Ampliar as possibilidades de trabalhar a leitura na sala de aula e nos ambientes da escola, intensificar os conhecimentos sobre os gêneros literários e aprofundar a compreensão do papel da leitura no desenvolvimento humano estão entre os objetivos dessa ação.

Por fim, mais recentemente, as 24 assembleias setoriais do livro, leitura e literatura realizadas ao redor do País levaram mais de mil pessoas a discutirem os quatro eixos estratégicos que orientam as ações induzidas pelo Plano: a democratização do acesso ao livro, com ênfase nas bibliotecas de acesso público; o fomento à leitura e à formação de mediadores; a valorização do livro e da comunicação; e o desenvolvimento da economia do livro. Os resultados das assembleias mostraram que o texto do PNLL foi amplamente discutido e pactuado, fortalecendo-se enquanto ponto de união e base sólida para firmar uma política de estado que una a nação em torno da leitura.

Ao fazer uma avaliação geral do PNLL após quatro anos e meio de sua implantação, pode-se dizer que o avanço essencial vem da maneira

como se concebeu o Plano e como vem sendo construído. Inovou-se ao caracterizar ação compartilhada entre o poder público e a sociedade organizada nas cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora. Avançou-se quando a sociedade foi chamada para auxiliar a gerir, a dirigir e a fomentar o Plano, e não apenas observá-lo e apoiá-lo. Inovou-se também quando o PNLL se propôs a não substituir nenhuma instituição ou entidade que esteja fazendo ações pela leitura. Ao contrário, ele se dispõe a apoiar, a divulgar, a incentivar e a auxiliar na possível sinergia dessas ações com outras que existem pelo País. Ao procurar não *reinventar a roda*, o PNLL tem o papel de agregação, aproximação, fomento de diretrizes, sendo, portanto, uma instituição indutora de ações executadas tanto pelo poder público quanto pela sociedade. E realiza tudo isso fazendo a firme defesa de uma linha mestra que é a norteadora de todas as suas ações e que tem em sua base a concepção estratégica de que a educação e a cultura devem estar unidas pela conquista de um Brasil leitor.

O PNLL superou muitos desafios e cumpriu suas metas principais nessa primeira fase. Mas, embora tenha obtido boas conquistas na área, ainda não avançou muito no terreno da institucionalização, o que poderia dar maiores garantias da continuidade das ações em curso, a desejada política de estado para o setor. Torna-se urgente a criação, na esfera federal, de um órgão responsável, no MinC, pela condução exclusiva da política nacional de livro e leitura – que seria o Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura. Seria uma maneira de reconstruir – em bases contemporâneas e nos parâmetros e metas do PNLL – um arcabouço institucional que defenda a leitura, o direito a ler e escrever com prazer e a crítica como elementos imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais justa e mais feliz.

Há ainda dificuldades a serem superadas na consolidação de uma efetiva articulação entre as áreas de cultura e educação e as instituições públicas e privadas que as fomentam (ministérios, secretarias estaduais e municipais, ONGs, fundações privadas etc.) em torno da agenda da leitura e da literatura no País. O primeiro passo já foi dado ao se instituir o PNLL como atos dos Ministérios da Cultura e da Educação, mas ainda se precisa avançar muito, sobretudo na materialização dessa aliança, por meio de políticas públicas bem articuladas relativas ao livro e à leitura. O atual esforço de elaboração de planos estaduais e municipais será, possivelmente, um palco prioritário para que essa articulação entre cultura e educação continue a inspirar o terreno da elaboração das políticas de leitura em todo o Brasil.

Entre os desafios para 2010 estão, portanto, a implantação do maior número possível de planos municipais e estaduais e a institucionalização das diretrizes e das práticas do plano nacional. Num ano marcado pela transição de governo, essa construção de um marco institucional é essencial para que se possa garantir a centralidade da leitura e do acesso ao livro, sob a égide de leis permanentes e recursos financeiros garantidos por elas.

Tenho convicção de que esta Pré-Conferência Nacional do Livro, Leitura e Literatura e também a próxima Conferência Nacional de Cultura saberão prover o futuro com os bons frutos do presente. A esperança de um Brasil com leitores plenos acendeu-se novamente nos últimos anos, e é nossa responsabilidade, dos gestores públicos e privados, dos líderes governamentais e da sociedade civil, do Estado e da sociedade, responder a essa perspectiva que hoje se apresenta real e possível. Viva a leitura, os escritores, os livreiros, os editores, os mediadores! Longa vida ao PNLL!